

0

ESSENCIAL

SOBRE O GÉNERO

CONCEITOS BÁSICOS



Tradução para português do Graal

O ESSENCIAL SOBRE O GÉNERO

CONCEITOS BÁSICOS



Tradução para português do Graal

Realizado com o apoio financeiro da União Europeia, no quadro do projecto RAAC.

Este documento foi realizado com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade de Le Monde selon les femmes e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição da União Europeia.



*A tradução para português é da responsabilidade do Graal.
Rua Luciano Cordeiro, 24, 6º A, 1150-215 Lisboa
Tel 213 546 831 • Fax 213 142 514 • E-mai terraco@graal.org.pt
www.graal.org.pt*

*Les essentiels du genre 01, concepts de base, Le Monde selon
les femmes, 2004
18 rue de la Sablonnière - B 1000 Bruxelles - Belgique
TEL. ++ 32 2 223 05 12 • Fax ++ 32 2 223 15 12
www.mondefemmes.org*

Ilustrações: ©clarice (clarice@skynet.be)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	p 05
1 ■ A NOÇÃO DE GÉNERO	p 07
1.1. O conceito género	p 07
1.2. Uma luta pela igualdade	p 09
1.3. O sistema sexo-género	p 11
1.4. A construção da categoria género	p 13
1.5. As relações de género	p 15
1.6. A perspectiva género e desenvolvimento	p 17
1.7. Transversalidade da perspectiva de género	p 18
1.8. Mainstreaming de género	p 19
1.9. Os instrumentos da perspectiva de género	p 21
2 ■ AS DESIGUALDADES VINCULADAS AO GÉNERO	p 23
2.1. Desigualdade económica	p 25
2.2. Desigualdade social	p 27
2.3. Desigualdade cultural	p 27
2.4. Desigualdade política	p 28
2.5. Desigualdade ética	p 28
2.6. Pobreza e desigualdades de género	p 29
2.7. Desigualdades de género e intervenção social	p 31

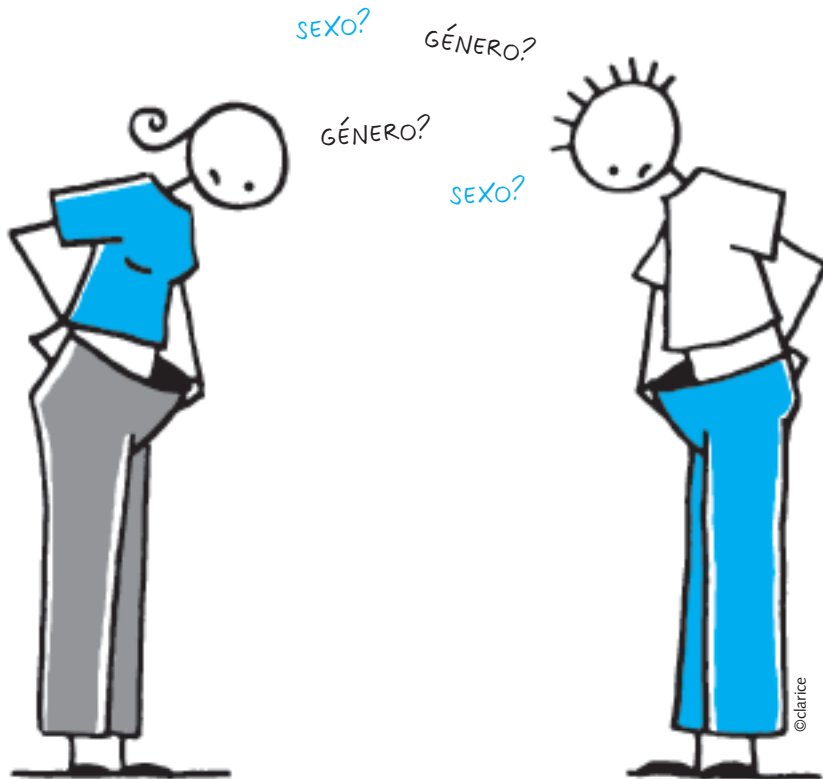
3 ■ HISTÓRICO DO GÉNERO	p 35
3.1. A integração das mulheres no desenvolvimento (anos 70)	p 35
3.2. A perspectiva género e desenvolvimento (GED) (anos 80)	p 39
3.3. Da integração das mulheres no desenvolvimento à perspectiva género e desenvolvimento: quadro síntese	p 42
4 ■ NECESSIDADES PRÁTICAS E INTERESSES ESTRATÉGICOS	p 45
4.1. As necessidades práticas	p 45
4.2. Os interesses estratégicos	p 46
4.3. Complementaridade entre necessidades práticas e interesses estratégicos	p 47
5 ■ AS 5 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO	p 50
6 ■ ALGUNS NÚMEROS	p 55

INTRODUÇÃO

Aplicar a perspectiva de género às práticas e às análises do desenvolvimento é, simultaneamente, uma aposta na igualdade entre os seres humanos e um penhor de eficácia. A lei belga sobre a cooperação internacional de 1999 prevê-o explicitamente. Todos os níveis de poder estão igualmente empenhados nisso, quaisquer que sejam as suas competências no quadro da aplicação da plataforma que a Bélgica assinou, por altura da conferência da ONU em Pequim, em 1995, sobre os direitos das mulheres.

Eis alguns textos de base para apreender o que se entende por perspectiva de género, tal como nós o apresentamos nas formações dadas por *Le Monde selon les femmes*.





Sexo não é género

1. A NOÇÃO DE GÉNERO

1.1. O CONCEITO GÉNERO

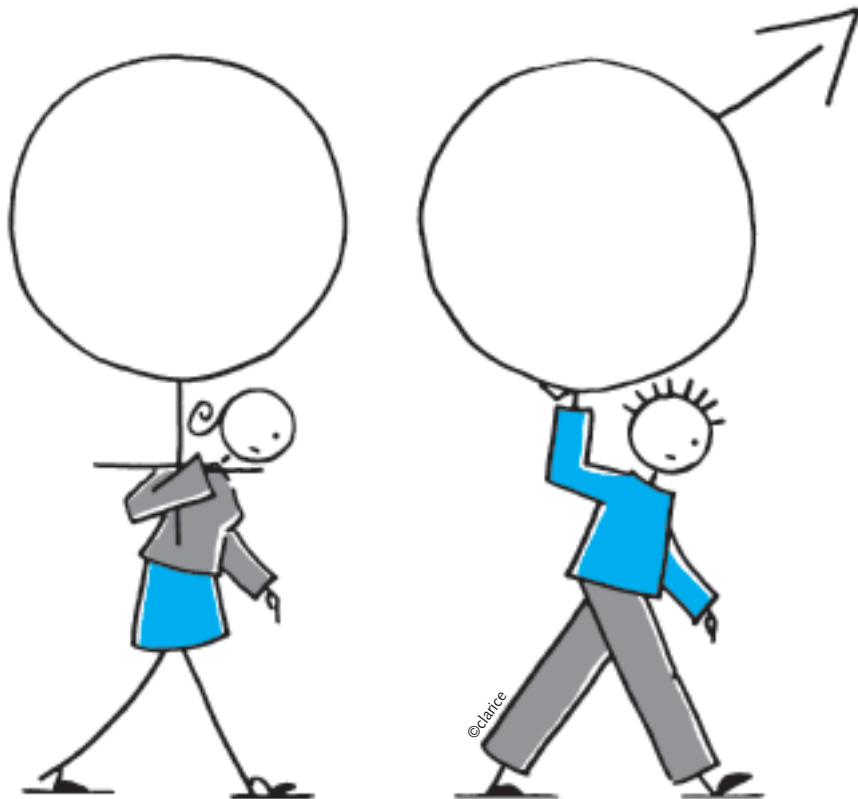
A palavra género é a tradução do inglês *gender*¹. Este termo, difundido depois dos anos 80, quer pôr em evidência o facto de os papéis das mulheres e dos homens não serem definidos pelo sexo (caracteres biológicos) mas evoluírem diferentemente segundo as situações sociais, culturais e económicas. As relações de género têm uma base cultural; são definidas pela sociedade, que lhes determina as actividades, os estatutos, as características psicológicas, etc.

Sexo não é género. Género não é sinónimo de mulher.

O conceito de género é um conceito social. Tem em conta as diferenças biológicas entre os sexos e define, muito particularmente, as diferenças, as desigualdades de papéis entre os homens e as mulheres em função do contexto socio-económico, histórico, político, cultural e religioso das diversas sociedades em que vivem os homens e as mulheres.

As diferenças sexuais próprias de cada um não constituem e não justificam as desigualdades entre os seres sociais. Só a cultura intervém, ao criar as identidades para cada sexo e ao elaborar os sistemas de género. As diferenças transformam-se então em desigualdades.

¹ Na literatura francófona, utilizava-se até então a expressão “relações sociais de sexo.”



O género é aquilo que diferencia os homens e as mulheres nas suas relações sociais

1.2. UMA LUTA PELA IGUALDADE

Depois do fim do século XVIII, foram denunciadas as desigualdades, a falta de direitos, a discriminação e a subordinação das mulheres. Estas denúncias permitiram que as mulheres, lentamente, fossem adquirindo direitos e construindo uma agenda de desenvolvimento. Os modelos culturais que nos definem enquanto homens e mulheres foram reconsiderados. Em 1945, as Nações Unidas integraram na sua Carta “a igualdade de direitos para os homens e as mulheres” e em seguida constituíram a “Comissão do Estatuto das Mulheres” para promover este ideal. Contudo, no período do pós-guerra, impunha-se a imagem das mulheres como suporte da família tradicional.

É Simone de Beauvoir, no seu trabalho sobre a opressão das mulheres “O segundo sexo” (1949), que estabeleceu as bases ideológicas para o resurgimento do feminismo nos anos 60. Betty Friedan, com o seu livro “O feminismo místico” (1963), definiu o termo “feminino” (tomado de Beauvoir) como uma construção social versus uma determinação biológica, e revelou os mecanismos sociais que perpetuam estas relações de dominação entre os sexos.

A “primeira vaga” do feminismo, no fim do século XIX e começo do século XX, esteve focalizada na equiparação dos direitos das mulheres aos direitos dos homens: o direito à propriedade, o acesso à educação e o direito a uma independência económica, bem como o direito de voto.

A “segunda vaga” do feminismo, nos anos 60, denunciou a opressão das mulheres pelo sistema patriarcal² e reivindicou a sua libertação dos papéis e das expectativas impostas pelas relações de gênero. Uma das características desta etapa era fazer do privado um assunto público, nomeadamente no domínio dos direitos sexuais e reprodutivos, com a legalização da contraceção e da interrupção voluntária da gravidez. Uma outra dimensão dizia respeito à reivindicação da igualdade homens-mulheres no domínio profissional, educativo e na luta contra as instituições sexistas.



Trata-se, portanto, de um processo enriquecedor, que trouxe mudanças não só na política mas também nas diversas disciplinas científicas, nomeadamente na psicologia, no direito, na sociologia e na biologia. Estas mudanças questionam as formas e as opções na construção de um desenvolvimento equitativo e durável.

2 O sistema patriarcal refere-se a uma ordem de poder estabelecido com um modo de dominação masculino. O sistema patriarcal baseia-se na supremacia dos homens e do masculino e também sobre a inferioridade e a desvalorização das mulheres e do feminino.

1.3. O SISTEMA SEXO-GÉNERO³

■ O sexo pertence ao domínio da biologia. Refere-se às diferenças biológicas entre o homem e a mulher (que normalmente não se podem mudar). Os seres humanos nascem sexuados. O sexo determina as características físicas. A socialização condiciona os comportamentos, os valores, as diferentes expectativas consoante se é homem ou mulher. O género reagrupa os papéis e as funções atribuídos respectivamente aos homens e às mulheres.

Assim, cada sociedade desenvolve uma definição dos sistemas de género. “Um sistema de género é um conjunto de práticas, de símbolos, de representações, de normas e de valores sociais que as sociedades elaboraram a partir da diferença sexual – anatómica e fisiológica – e que dá um sentido geral às relações entre pessoas sexuadas.”⁴ Neste contexto, o género pode modificar-se na e pela cultura.

³ Adaptação e tradução do *Manual de formacion en derechos y cidadania*, CEDAL, Equador, 2000.

⁴ *Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodologica*, De Barbieri Teresitas, Isis Internacional, 1992.

SEXO		GÉNERO	
masculino	feminino	homem (masculino)	mulher (feminino)
espermatozóides	óvulos	produtivo (+ valorizado)	reprodutivo (- valorizado)
natural (nasce-se)		sócio-cultural (aprende-se)	
diferenças fisiológicas		relações desiguais	
não mudam		podem mudar	

Exemplos :

1. Só os homens têm espermatozóides

2. Só as mulheres podem engravidar


3. Só as mulheres podem amamentar

1. As mulheres podem participar na política e ser dirigentes

2. Os homens podem fazer as tarefas domésticas

3. O pai e a mãe podem dar o biberão a um bebé

1.4. A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA GÉNERO


 O género é por definição um conceito pluridisciplinar⁵. Ao contrário de um conceito sociológico como a classe social, o género não é homogéneo: é atravessado por outras categorias sociais como a etnia, a pertença a uma classe social, a uma comunidade religiosa, etc. Todas estas características se traduzem nas condições de vida dos homens e das mulheres, na sua maneira de ser, de existir e de criar⁶.

Portanto, mesmo havendo uma diversidade de condições femininas e masculinas, existe “uma” percepção comum do feminino e do masculino. As relações entre homens e mulheres e a sua posição social constituem o objecto de um conjunto de regras e de práticas que instituem, de maneira mais ou menos rígida, o género e as relações de género. As relações sociais de sexo opõem, assim, não grupos sociais, mas indivíduos, sendo estes, porém, considerados na sua pertença a uma colectividade.


5 Este conceito confere ao “sexo” o carácter transversal de uma variável demográfica e apresenta como categoria institucional e psicológica o carácter colectivo de uma variável sociológica.

6 *La prise en compte du genre dans les actions de la coopération française. Projet de capitalisation et de valorisation – diffusion des études et des données relatives au genre*, IFAD, France, 2001.

O dote: um sistema que acciona relações desiguais

 Nos sistemas patriarcais africanos, a família da noiva aceita ceder uma filha e renunciar aos filhos nascidos dessa união. Na Europa, nas classes burguesas, a prática requeria que a filha tivesse um dote da sua família para se casar. A classe média imitou esta prática até há pouco tempo. Na Ásia, mantém-se este sistema, particularmente na Índia: as famílias têm que se endividar, e é por isso que o nascimento de uma filha é por vezes muito mal recebido, como o ilustra a diferença no número de bebês raparigas e rapazes.

O código civil: mulheres menores de idade durante toda a vida

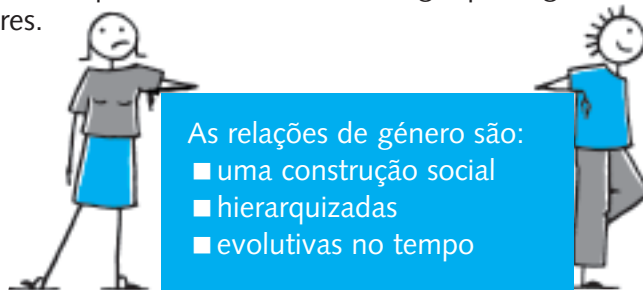
 Na Bélgica, no plano do código civil, a igualdade entre mulheres e homens data de 1958. Foram necessários mais de 120 anos para apagar, passo a passo, os fundamentos do Código Napoleónico, que considerava a mulher como uma menor de idade, sempre dependente do seu pai ou do seu marido. Em muitos países, as mulheres são objecto de um código jurídico separado (estatuto pessoal, por exemplo) que não lhes reconhece a igualdade de direito (idade de casamento diferente, direito à propriedade inexistente, obrigação de pedir uma autorização ao marido para uma viagem ao estrangeiro, etc.).

1.5. AS RELAÇÕES DE GÉNERO

As relações de género são as vias pelas quais uma sociedade define os direitos, as responsabilidades, as identidades (feminino/masculino), e determinam o tipo de relações sociais entre as mulheres e os homens. As relações de género influenciam as condições de vida de cada categoria e fixam a sua posição e o seu poder na sociedade.

As relações de género caracterizam-se do seguinte modo:

- são diferentes no espaço, de cultura para cultura, de religião para religião, ou de uma sociedade para outra;
- são influenciadas por diferentes factores, tais como: a etnia, a classe social, a condição e a situação das mulheres, etc.;
- evoluem no tempo;
- são dinâmicas e estão no centro das relações sociais;
- caracterizam-se pela sua desigualdade: há uma hierarquização dos géneros, em que os homens têm um lugar privilegiado em relação às mulheres.



A análise de género mostra portanto que existe, ou persiste, uma desvalorização das mulheres ao nível social, político e económico. Esta desvalorização e esta subordinação aparecem como resultado das relações sociais de género. Consequentemente, não é um problema que toca unicamente a mulher.

Trata-se, antes, de um problema social que não deve ser resolvido unicamente pelas mulheres. Com efeito, no patriarcado, os homens também perdem muito a fim de corresponder à imagem que lhes é imposta no modelo cultural. Por exemplo:

- omite-se uma parte da sua sensibilidade para reforçar a sua dureza, o que limita o seu desenvolvimento afectivo;
- limitam-se as possibilidades de exprimirem os seus sentimentos e de gozar a paternidade;
- impõem-se-lhes responsabilidades maiores que pesam sobre o seu inconsciente;
- eles devem ser responsáveis pelo destino da família;
- eles não podem chorar, devem ser fortes, empreender uma carreira profissional, responder activamente às estimulações sexuais;
- eles não podem pensar segundo um desenvolvimento humano integral, uma vez que as próprias bases da sua educação comportam desequilíbrio entre as raparigas e os rapazes.

1.6. A PERSPECTIVA GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

■ Por toda a parte, e em particular nos países em desenvolvimento, as mulheres são “actores-chave”. Têm um papel cada vez mais importante, mas muitas vezes desconhecido, não visível. Ao mesmo tempo, constata-se a “feminização da pobreza”: o aumento da pobreza atinge sobretudo as mulheres.

A análise das relações de género numa dada sociedade mostra que :

- as mulheres e os homens têm necessidades diferentes e específicas;
- as mulheres representam uma categoria discriminada e desfavorecida em relação aos homens.

A perspectiva de género põe em causa uma percepção “androcêntrica”⁷ das estruturas sociais: os conceitos elaborados para dar conta do conjunto da vida social deixavam na sombra o papel das mulheres, ignorado ou implicitamente considerado como subordinado, marginal.

Durante muito tempo, os modelos utilizados pelos economistas do desenvolvimento assentaram implicitamente na ideia de que a diferença dos sexos ancorava numa divisão “natural” do trabalho, sendo que esta implica uma complementaridade dos “papéis” femininos e masculinos, a qual se supõe incarnada no seio do lar.

Adoptar uma perspectiva de género exprime a vontade de tornar concreta a igualdade entre as mulheres e os homens.

⁷ Visão centrada sobre as necessidades e o estatuto dos homens.

1.7. TRANSVERSALIDADE DA PERSPECTIVA DE GÉNERO

Trata-se de:

- privilegiar uma abordagem participativa visando a autonomia e a autodeterminação das “populações” e prioritariamente das mulheres. Mas as populações não são homogéneas. No seio destas, há interesses diferentes, inclusive entre as categorias de mulheres;
- ter em conta os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis e conceder-lhes um interesse particular, a fim de evitar uma desigualdade crescente. A experiência tem demonstrado que as acções “neutras” reforçam as situações de poder adquiridas e que é necessário realizar acções positivas e sistemáticas em favor da melhoria da situação das mulheres, para que os benefícios destas acções tragam proveito aos mais desfavorecidos.

Um bom número de acções de desenvolvimento tem um efeito negativo escondido (um efeito perverso) na situação das mulheres e dos seus dependentes. As relações desiguais entre as mulheres e os homens são o primeiro obstáculo das acções que visam melhores condições de vida para os pobres (mulheres e homens) e o acesso das mulheres ao desenvolvimento participativo.

1.8. MAINSTREAMING DE GÉNERO

■ O “mainstreaming” de género é a integração sistemática das condições, das prioridades e das necessidades próprias das mulheres e dos homens em todas as políticas, com vista a promover a igualdade de género entre as mulheres e os homens. Visa mobilizar todas as políticas e medidas gerais com o fim de realizar a igualdade, na etapa da planificação, da sua incidência na situação específica das mulheres e dos homens, durante a sua realização, o seu seguimento e a sua avaliação.

Trata-se duma abordagem transversal do género, posta em prática em todos os projectos de desenvolvimento e em todas as análises de uma sociedade. É transversal não somente em relação aos sectores (saúde, educação, ...), mas também em relação aos campos políticos, económicos, culturais, etc.



Esta abordagem evita isolar as mulheres e marginalizá-las em “projectos de mulheres” ou em projectos que aumentem a carga de trabalho e a responsabilidade das mulheres sem aumentar a sua autonomia, o seu poder (*empowerment*) ou o seu controle sobre os benefícios do projecto.

Actualmente reconhece-se que ter em conta o género é uma condição de eficácia e de equidade das políticas económicas e sociais. O conhecimento e o reconhecimento da contribuição das mulheres e das relações de género foram facilitados pela conjuntura e a evolução do pensamento sobre o desenvolvimento.

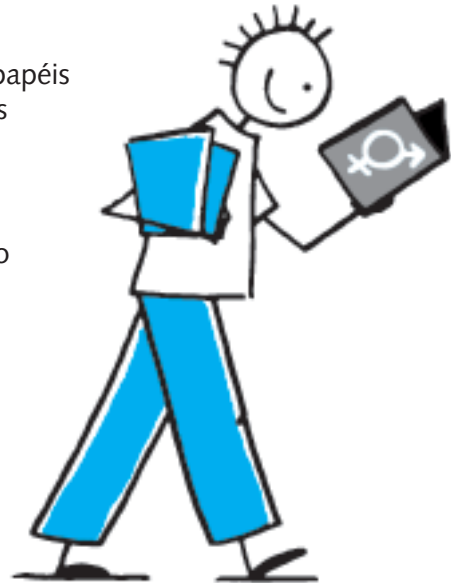
O revés das políticas de desenvolvimento fundadas apenas num diagnóstico macroeconómico constituiu um contexto favorável à emergência de uma reflexão sobre os fundamentos microeconómicos e sociológicos do desenvolvimento. A perspectiva “desenvolvimentista”⁸, que se revestia de um carácter etnocêntrico (superioridade das civilizações do Norte) e de exclusão das mulheres, foi posta em causa pela sua instrumentalização dos actores do Sul.

⁸ *Desenvolvimento baseado na industrialização e na “modernização” das sociedades, a partir do modelo de desenvolvimento capitalista de países do Norte.*

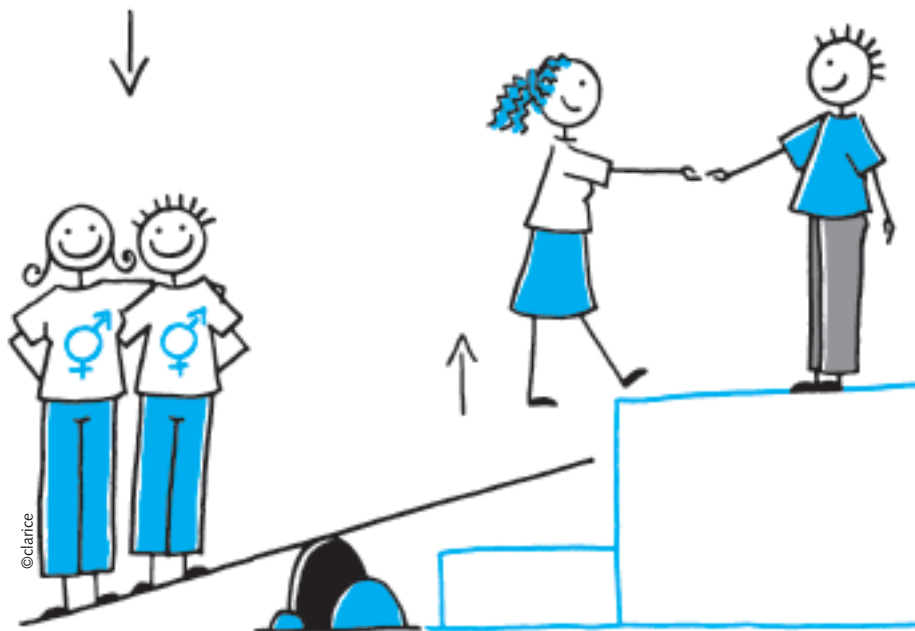
1.9. OS INSTRUMENTOS DA PERSPECTIVA DE GÉNERO

Depois dos anos 80, uma série de instrumentos foram elaborados para permitir, ao mesmo tempo, uma análise e um método de trabalho. Por exemplo⁹:

- O plano de Harvard:
 - o perfil de actividades ou os 3 papéis
 - o acesso e controle dos recursos
 - os factores de influência
- Os 5 domínios (Sarah Longwe)
- Análise socio-económica segundo o género (ASEG)
- Indicadores específicos de sexo (PNUD)
- Gender Budgeting.



⁹ Esses instrumentos são apresentados em *Les essentiels du genre 02*.



A abordagem de uma perspectiva de género exprime a vontade de tornar concreta a igualdade entre as mulheres e os homens

2. AS DESIGUALDADES VINCULADAS AO GÉNERO

A adoção de uma perspectiva de género exprime a vontade de tornar concreta a igualdade entre as mulheres e os homens¹⁰. A igualdade entre os homens e as mulheres deve, assim, exprimir-se:

- na lei, com a igualdade de direitos, enquanto cidadão/cidadã;
- nas oportunidades (acesso e controle de recursos produtivos, capital humano, salário);
- em termos de participação e de influência política e económica;
- pelo empowerment das mulheres.

“A igualdade entre as mulheres e os homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social; é também uma condição prévia indispensável e fundamental da igualdade, do desenvolvimento e da paz. Uma nova parceria fundada na igualdade entre as mulheres e os homens é condição para um desenvolvimento sustentável centrado na população.”


Quarta conferência mundial sobre as mulheres, 1995

Entende-se por desigualdades ligadas ao género as desigualdades que reforçam as diferenças entre a situação dos homens e das mulheres num determinado domínio.

¹⁰ *A World Bank Policy Research Report Engendering Development*, Banco Mundial, 2001.

Elas são essencialmente o resultado duma percepção diferente, por parte da sociedade, do papel das mulheres e dos homens. São portanto menores as diferenças objectivas resultantes das diferenças biológicas entre homens e mulheres do que as diferenças inerentes aos seus respectivos papéis nas estruturas económicas e sociais do mundo contemporâneo. Referimo-nos, portanto, à noção genérica de “género”, que recobre a especificidade das relações socialmente construídas entre os dois sexos.

Quando se distingue, na população, as mulheres enquanto categoria particular, a análise torna-se mais complexa, porque é preciso então ter em conta não somente as desigualdades clássicas (de rendimentos ou condições de vida), ou seja entre as próprias mulheres, mas também as desigualdades que existem entre homens e mulheres, derivadas da construção social dos papéis.

 Assim, uma mulher quadro poderá sofrer uma diferença de salário com os seus colegas masculinos dada a desigualdade que persiste entre homens e mulheres que efectuam um trabalho igual e têm uma qualificação igual.

A tipologia de desigualdades¹¹ que se apresenta a seguir propõe sete tipos de desigualdades, nas quais três têm uma relação directa com a pobreza económica. Todos estes tipos de desigualdades são agravadas quando se trata das mulheres, com graus muito varáveis em função do tipo de sociedade, de classe, de etnia, de idade, etc.

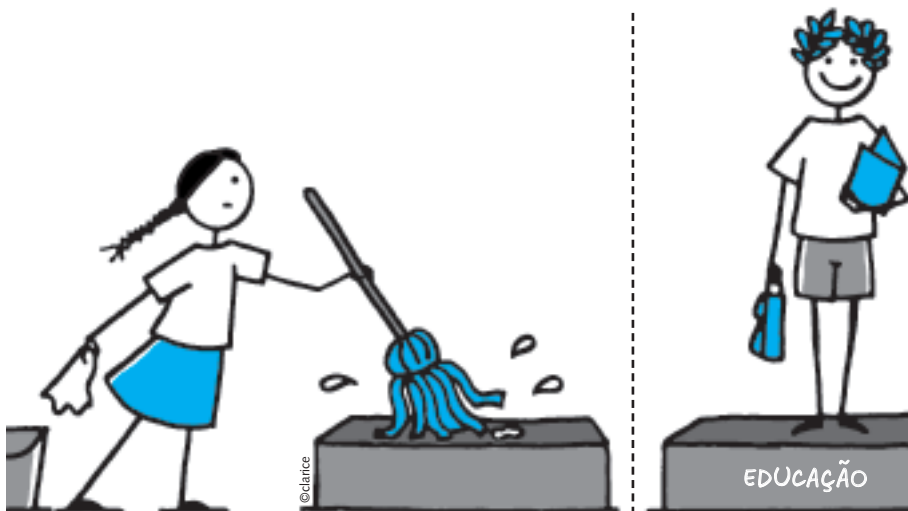
¹¹ Droy I., Dubois J.L., Rasolofo P., Andrianjaka H., *Femmes et pauvreté en milieu rural: les inégalités liées au genre sur les observatoires ruraux de Madagascar*, CED/Université de Bordeaux IV, France.

2.1. DESIGUALDADE ECONÓMICA

- **Desigualdade monetária:** diferenças de rendimento ou de consumo (esta categoria inclui também os rendimentos não monetários que representam um volume considerável nos países em desenvolvimento).
- **Desigualdade das condições de vida:** diferenças nas possibilidades de acesso aos serviços colectivos e de satisfazer as necessidades consideradas como essenciais (alimentação, habitação, saúde, educação, etc.).
- **Desigualdade de capacidades:** diferenças relativas aos meios disponíveis, nomeadamente equipamentos e infra-estruturas, activos financeiros, estado sanitário e nível de educação (agrupado sob o termo de capital humano), disponibilidade de tempo (“capital-tempo”), a adesão às redes sociais (capital social), etc.

■ Dos 1,2 biliões de pessoas que vivem na pobreza, 70% são mulheres. A pobreza das mulheres está directamente vinculada à ausência de possibilidades e de meios económicos, tais como o crédito, a propriedade das terras e a herança, assim como uma participação mínima na tomada de decisão. Apesar das mulheres realizarem dois terços do trabalho no mundo, elas não possuem senão menos de 1% dos bens mundiais.

Em todos os níveis de educação, as mulheres têm um atraso em relação aos homens. Dos 129 milhões de crianças em idade escolar que no ensino primário não vão à escola 77 milhões, ou seja 60%, são raparigas. Enquanto se espera dos rapazes que sigam a sua escolaridade para poderem sustentar a sua família, considera-se que as raparigas não têm necessidade de tanta educação para virem a ser esposas e mães. Retiram-nas da escola para lhes confiar trabalhos domésticos ou para as porem a trabalhar, ou porque elas têm gravidezes ou casamentos precoces.



2.2. DESIGUALDADE SOCIAL

■ Trata-se de diferenças ligadas a aspectos sociais (exemplo: marginalização das viúvas, das mulheres solteiras com filhos).

■ A desigualdade das relações sexuais contribui para o facto de as mulheres correrem mais riscos de contrair o vírus HIV/sida. Em média, as mulheres são infectadas pelo HIV cinco a dez anos mais cedo que os homens. As normas sociais exigem das mulheres uma atitude passiva e, tendo em conta a sua dependência económica em relação aos homens, é-lhes difícil insistir na fidelidade mútua ou no uso do preservativo.

2.3. DESIGUALDADE CULTURAL

■ Exemplos: assimetria de direitos e deveres, casamento forçado das mulheres, excisão genital.

Estes dois tipos de desigualdades (social e cultural) traduzem formas de exclusão e confundem-se frequentemente.

2.4. DESIGUALDADE POLÍTICA

Trata-se de diferenças quanto às possibilidades de tomar decisões de maneira autónoma e de participar nas tomadas de decisão colectivas.

Em todos os países, as mulheres ocupam raramente mais de 1 ou 2% dos postos de direcção. A nível mundial, menos de 5% dos chefes de Estado, dos presidentes e directores gerais das grandes empresas e dos dirigentes de organizações internacionais, são mulheres. No total, somente 10% dos parlamentares são mulheres, e estas últimas têm ainda menos pastas ministeriais.

2.5. DESIGUALDADE ÉTICA

Fala-se aqui das diferenças nas normas morais que não se aplicam da mesma maneira às mulheres e aos homens (exemplo: os fundamentalistas que invadem os Estados).

12 *Sida et droits des femmes à la propriété et à l'héritage, La Coalition mondiale sur les femmes et le sida*, ONUSIDA, 2004.

Um estudo da FAO realizado na Namíbia¹² indicou que 44% das viúvas perderam rebanhos, 28% perderam pequenos rebanhos e 41% tinham perdido material agrícola, em consequência dos conflitos com a família do marido, depois da morte deste.

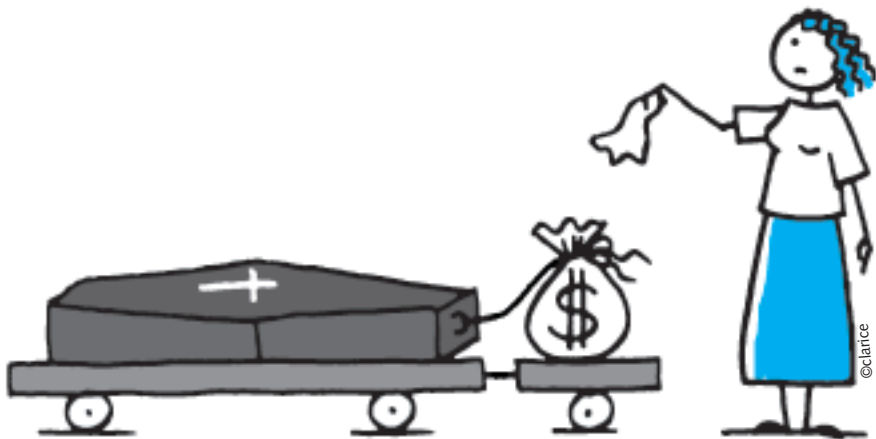
2.6. POBREZA E DESIGUALDADES DE GÉNERO

Considerando que as desigualdades ligadas ao género estão intimamente ligadas às desigualdades que condicionam a pobreza, o efeito de uma intervenção sobre as relações de género deveria ser tomada em conta em toda a intervenção de desenvolvimento no quadro da luta contra a pobreza. Torna-se então indispensável tornar explícitas as necessidades e interesses de género.

Os aspectos multidimensionais da pobreza e das desigualdades¹³ são hoje largamente reconhecidos, nomeadamente graças aos trabalhos de A. Sen, prémio Nobel de economia em 1998. Toda a desigualdade aumenta a pobreza. As desigualdades entre mulheres e homens, assim, criam limitações que travam as suas capacidades de iniciativa, tornam as mulheres mais vulneráveis aos choques exteriores, diminuindo as suas probabilidades de sair da pobreza.

13 Dubois J-L., Mahieu F.-R. et Poussard A., *La durabilité sociale comme composante d'une développement humain durable, Le développement humain: Cahiers du GRATICE*, Université de Paris XII Val de Marne, France, 2001.

Quando um homem fica incapacitado ou morre de sida, a sua companheira arrisca-se a perder a sua principal fonte de suporte económico e social, bem como os outros membros da família alargada que estão a seu cargo. Nas sociedades onde as mulheres não podem possuir nada, a morte do marido muitas vezes resulta para a mulher na perda da sua casa e da sua terra. Práticas como o levirato (herança da viúva) e o acesso limitado das mulheres aos recursos produtivos e a um emprego podem obrigar as viúvas a ter relações sexuais em troca de dinheiro, de alimentação ou de um tecto.



2.7. DESIGUALDADES DE GÉNERO E INTERVENÇÃO SOCIAL

■ Relativamente ao efeito que uma intervenção pretende ter nas relações de género, duas abordagens são possíveis¹⁴:

A primeira abordagem, minimalista, deve velar para que a desigualdade entre os homens e as mulheres não se aprofunde ao longo dos tempos. É preciso verificar, por um lado, se a situação das mulheres não se degrada e, por outro lado, se ela não piora em relação à situação dos homens (partindo do princípio que uma intervenção que melhora a situação dos homens deve melhorar, na mesma medida, a situação das mulheres para evitar um aumento das desigualdades existentes à partida).

A segunda abordagem consiste em adoptar, na intervenção de desenvolvimento, uma estratégia que reduza as desigualdades de género ou que contribua para as fazer diminuir. Tomar em consideração as relações de género pode, portanto, ter repercussões diversas, correspondendo a um dos três casos seguintes:

¹⁴ Hofman Elisabeth, Le Nouvel Emmanuelle, Rodriguez Marysol, avec la collaboration de Coumau Carmen, *Classeur pédagogique – La prise en compte du genre dans les actions de la coopération française*, Project de capitalisation et de valorisation – diffusion des études et des données relatives au genre, Institut de formation et d'appui aux initiatives de développement (IFAD) 2001.

- 1 • A intervenção não visa uma redução das desigualdades de género, se bem que se fundamente numa análise das relações de género na população-alvo. Podem distinguir-se 3 categorias:
 - as intervenções que são neutras em relação ao género, cuidando que elas beneficiem homens e mulheres, respondendo às suas necessidades práticas, sem aumentar as desigualdades existentes;
 - as intervenções que se direccionam especificamente às mulheres, sem contudo responder aos seus interesses estratégicos (por exemplo, um projecto que permita às mulheres o acesso a cuidados de saúde materna);
 - as intervenções que prevêem medidas compensatórias para os seus efeitos negativos sobre a igualdade de género.
- 2 • A redução das desigualdades de género é um objectivo secundário de intervenção que se caracteriza por uma multiplicidade de objectivos, alguns dos quais respondem a necessidades estratégicas das mulheres.
- 3 • A redução das desigualdades de género é o objectivo principal da intervenção. Na realidade, trata-se frequentemente de projectos de lobbying em favor de mudanças políticas, como o direito das mulheres ao acesso e posse de terras, etc.

Algumas definições complementares sobre as desigualdades ligadas ao género:

■ Discriminação de género

Tratamento discriminatório de um indivíduo baseado num estereótipo; pode também ser denominado “sexismo” (muitas vezes qualificado de “discriminação sexual”).

■ Igualdade de género¹⁵

“A igualdade de género significa que é concedido às mulheres e aos homens um tratamento diferenciado, que visa restabelecer o equilíbrio, a fim de compensar o desequilíbrio histórico e social que os impede de participar activamente e de maneira igual no desenvolvimento da sua sociedade.”

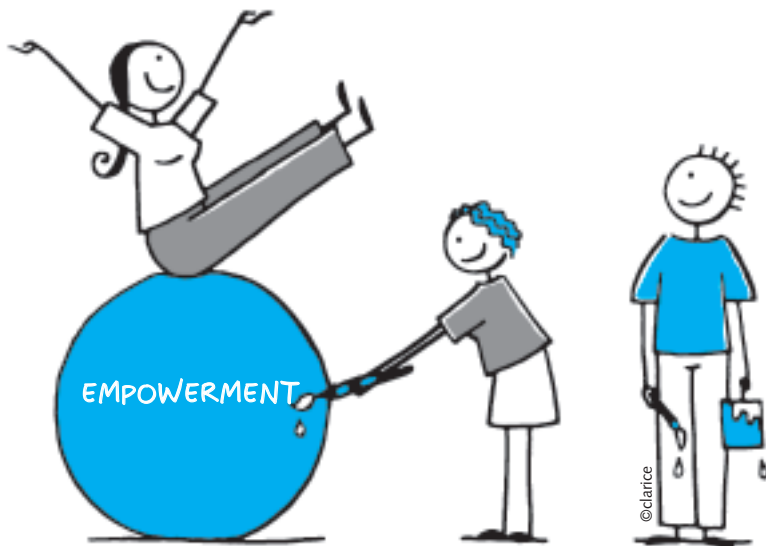
■ Estereótipos de género

Os estereótipos de género são crenças socialmente construídas sobre as mulheres e os homens. Estas construções concretizam-se através de ditados, canções, provérbios, os media, a religião, a cultura, os hábitos, a educação, etc.

¹⁵ Unesco.

Os progressos da igualdade e da equidade entre os géneros e o empowerment das mulheres são a pedra angular dos programas de população e de desenvolvimento. A plena e igual participação das mulheres na vida civil, cultural, económica, política e social ao nível nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, são os objectivos prioritários da comunidade internacional.

Conferência internacional sobre a população e desenvolvimento, 1994.



3. HISTÓRICO DO GÊNERO

3.1. A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO (ANOS 70)

Uma lenta tomada de consciência do papel e do lugar das mulheres no desenvolvimento: em 1975, a conferência da ONU no México considera o lançamento do decênio da mulher. Isto teve o mérito de focalizar o conjunto dos países sobre a condição feminina. Este decênio foi o primeiro resultado de todo um trabalho que se traduziu pelo aumento do número de análises, de casos, de publicações sobre as mulheres do Terceiro Mundo. Este trabalho foi alimentado pelo ressurgimento, nos anos 60, de um movimento feminista no Ocidente, lutando pela igualdade nos domínios da educação, do emprego e dos salários, e pela liberdade de acesso à contracepção e à interrupção voluntária da gravidez.

Foi no início da década de 70 que foram realizados trabalhos pioneiros sobre o tema "mulheres e desenvolvimento". O mais significativo foi o estudo de Ester Boserup "Papel das mulheres no desenvolvimento econômico".¹⁶

¹⁶ Boserup, Ester, *La femme face au développement économique*, Paris, PUF, 1983 (original em inglês) *Women's role in Economic Development*, publicado em 1970.

Esta autora põe em evidência a importância do trabalho assegurado pelas mulheres, com as tecnologias tradicionais, para assegurar a produção da alimentação. Boserup critica as políticas agrícolas coloniais e pós-coloniais que consagraram a clivagem entre as culturas de rendimento (tomadas a cargo pelos homens e gozando de créditos e de tecnologias modernas), e as culturas de subsistência, pouco consideradas, asseguradas pelas mulheres com técnicas tradicionais. Foram elaborados estudos sobre o trabalho produtivo das mulheres, a divisão sexual do trabalho, e o impacto dos projectos de desenvolvimento sobre as mulheres.

Foram elaborados instrumentos jurídicos, por exemplo:

- diversas convenções da "Organização Internacional do Trabalho" (OIT), nomeadamente sobre a igualdade dos salários, sobre a licença de maternidade;
- em 1973, a emenda "Percy" obriga a Agência Inter-Americana de Desenvolvimento (USAID) a incluir uma reflexão sobre as mulheres em todos os seus projectos de desenvolvimento;
- em 1979, a "Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação da Mulher" (CEDAW), que diz respeito às esferas civil, política, económica, social e cultural.

Por fim, a reflexão, num contexto mais vasto, sobre a divisão internacional do trabalho e sobre a troca desigual, permitiu pôr em evidência os três aspectos seguintes:

- 1 • Os efeitos negativos para as camadas desfavorecidas, em particular as mulheres, das políticas postas em acção. É o que se chamou “o desenvolvimento contra as mulheres.”
- 2 • A “ invisibilidade” do trabalho feminino, tanto nas estatísticas como nos estudos prévios à instalação de projectos de desenvolvimento (dos quais as mulheres nunca são os beneficiários, mas pelo contrário o reservatório de mão de obra gratuita).
- 3 • A degradação do estatuto da mulher perante certos aspectos da modernização, por exemplo, no acesso às terras, os direitos de sucessão, a alimentação e a saúde.

Conclusão: interesse e limites da perspectiva *Integração das Mulheres no Desenvolvimento*

A noção de integração das mulheres no desenvolvimento foi progressivamente posta em questão por duas razões:

- uma crítica operacional: verificou-se ser bastante ineficaz considerar as mulheres isoladamente, porque as mulheres são já parte integrante do desenvolvimento
- uma crítica política: as mulheres estão integradas num modelo de desenvolvimento, em estruturas de produção e de acumulação que as oprime e não lhes reconhece lugar em posição de igualdade com os homens.

A perspectiva *Integração das Mulheres no Desenvolvimento* teve o mérito de suscitar um debate importante sobre as mulheres no desenvolvimento e de estimular a recolha de dados estatísticos específicos de sexo, em particular sobre o trabalho.

Mulheres e saúde, género e saúde¹⁷... nos projectos de desenvolvimento centrados na saúde das mulheres, coloca-se o acento tónico nas preocupações específicas das mulheres relativas às suas funções biológicas, ao seu ciclo de vida e aos seus papéis sociais. Na esfera doméstica, os projectos tentam aliviar o trabalho físico e pesado das mulheres, permitindo o acesso à água corrente na habitação. No domínio da saúde, a perspectiva de género procura, explora e põe em relevo as causas do vivido, regidas por relações desiguais de género e que exercem um impacto diferente nos homens e nas mulheres no decurso das suas vidas.



17 A partir de *Le Genre au Sud et au Nord*, Le Monde selon les femmes, Belgique, 2002.

3.2. A PERSPECTIVA GÉNERO E DESENVOLVIMENTO (GED) (ANOS 80)

A perspectiva Género e Desenvolvimento comporta três grandes princípios

- Homens e mulheres criam a sociedade e perpetuam-na, e condicionam a repartição de tarefas. Contudo, os benefícios e os sofrimentos estão mal distribuídos. É preciso, portanto, conceder mais importância às mulheres porque elas estão em maior desvantagem que os homens.
- Mulheres e homens têm relações diferentes com a sociedade e, apesar de uma certa interdependência, funcionam muitas vezes em sectores diferentes da comunidade. É por isso que as suas prioridades e as suas perspectivas são diferentes. Os homens têm a capacidade de limitar ou alargar as opções das mulheres.
- O desenvolvimento repercute-se de modo diferente sobre os homens e sobre as mulheres, e as mulheres e os homens exercem uma influência diferente sobre os projectos. Ambos devem participar na identificação dos problemas e das soluções se se quer fazer avançar os interesses da comunidade.

Porquê ter estratégias de género e desenvolvimento?

- As estratégias GED dão às mulheres e aos homens a possibilidade de determinar o seu próprio desenvolvimento, tanto individual como colectivamente.
- As mulheres e os homens devem ter uma participação igual por razões de justiça.
- Os projectos de desenvolvimento são mais eficazes quando as mulheres e os homens neles participam.
- O acesso das mulheres aos recursos e às possibilidades é acrescido, assim como o controle que elas podem exercer.

Alguns elementos de estratégias de género e desenvolvimento¹⁸

- Os elementos que se seguem podem ajudar a concretizar estratégias eficazes para fazer prevalecer a igualdade entre os sexos e dar poder às mulheres no quadro das actividades de um projecto.
- Ter, a respeito do género e do desenvolvimento, uma atitude de compreensão da situação social e económica das mulheres e dos homens.
- Instituir consultas permanentes a mulheres e a homens; se necessário, ter um processo de consulta separado para as mulheres.

¹⁸ Fonte: *Two Halves Make a Whole: Balancing Gender Relations in Development*, CCIC, Canada, 1991.

- Para responder às suas necessidades práticas, identificar a situação das mulheres e dos homens, e tê-las em conta.
- Ter em conta os interesses estratégicos das mulheres a longo prazo, a fim de melhorar o seu papel e a sua posição.
- Reconhecer o papel das mulheres como actrizes autónomas do seu desenvolvimento.

0 género e os 12 pontos da declaração de Pequim

■ Em 1995, durante a 4.^a conferência da ONU sobre os direitos das mulheres, a perspectiva de género foi oficialmente introduzida nas políticas de desenvolvimento e os países membros comprometeram-se numa Plataforma de Acção sobre 12 pontos.

- Feminização da pobreza
- Acesso a um ensino de qualidade
- Acesso à saúde (incluindo os direitos reprodutivos)
- Violência contra as mulheres
- Independência económica das mulheres
- Direitos humanos
- Mulheres e conflitos
- Igualdade de acesso ao poder
- Igualdade entre mulheres e homens nos media
- Mecanismos institucionais para a promoção das mulheres
- Ambiente
- Direitos da rapariga.

3.3. IMD – GED **QUADRO SÍNTESE** ¹⁹

INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO (IMD)	GÊNERO E DESENVOLVIMENTO (GED)
<p data-bbox="372 316 745 350">1 • A perspectiva</p> <p data-bbox="135 365 529 456">Uma perspectiva que considera as mulheres como sendo o problema</p>	<p data-bbox="591 365 824 423">Uma perspectiva do desenvolvimento</p>
<p data-bbox="372 459 745 492">2 • O centro de interesse</p> <p data-bbox="135 527 277 552">As mulheres</p>	<p data-bbox="591 524 930 552">As relações mulheres-homens</p>
<p data-bbox="372 567 745 601">3 • O problema</p> <p data-bbox="135 624 521 745">A exclusão das mulheres (que representam metade dos recursos potenciais de produção) do processo de desenvolvimento</p>	<p data-bbox="591 619 977 801">As relações de poder desiguais (ricos e pobres, mulheres e homens) que impedem um desenvolvimento equitativo assim como a plena participação das mulheres</p>
<p data-bbox="372 817 745 851">4 • O objectivo</p> <p data-bbox="135 874 440 932">Um desenvolvimento mais eficiente, mais eficaz</p>	<p data-bbox="591 871 983 960">Um desenvolvimento equitativo e duradouro, onde as mulheres e os homens tomem as decisões.</p>

INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO (IMD)

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO (GED)

5 • A solução

Integrar as mulheres no processo de desenvolvimento existente

Aumentar o poder dos mais desfavorecidos e das mulheres.
Transformar as relações desiguais

6 • As estratégias

- Projectos para as mulheres
- Vertente dedicada às mulheres
- Projectos integrados
- Aumentar a produtividade das mulheres
- Aumentar o rendimento das mulheres
- Aumentar a capacidade das mulheres de efectuar as tarefas tradicionalmente ligadas ao seu papel

- Identificar/considerar as necessidades práticas identificadas pelas mulheres e pelos homens, de modo a melhorar a sua condição
- Tratar simultaneamente os interesses estratégicos das mulheres (para uma evolução igualitária dos papéis e uma partilha das tarefas).
- Fazer face aos interesses estratégicos dos pobres através de um desenvolvimento centrado nas pessoas

19 Fonte: *Un autre genre de développement. Un guide pratique sur les rapports femmes-hommes dans le développement*, CCIC/Match/Acoqi, Québec, 1991.



Necessidades práticas...



... interesses estratégicos

4. NECESSIDADES PRÁTICAS E INTERESSES ESTRATÉGICOS

Situar a questão das relações homens-mulheres nos projectos de desenvolvimento coloca a questão do longo prazo. As mudanças de estatuto e de poder entre sexos não podem operar-se em pouco tempo, são necessários os prazos. Há um efeito tardio de toda uma série de medidas, por exemplo, jurídicas ou sociais. Uma diferença importante é feita entre a resolução das necessidades práticas e a resolução dos interesses estratégicos.

4.1. AS NECESSIDADES PRÁTICAS

As necessidades práticas, ou concretas, estão relacionadas com os actuais papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Dizem respeito às necessidades da vida quotidiana, tais como a água, serviços de saneamento, de habitação e produtos. “Tradicionalmente”, são as mulheres que identificam as necessidades práticas ligadas à alimentação, à água, à saúde, à educação das crianças... porque estas necessidades estão ligadas à “condição feminina”, ou seja, pelo seu domínio da experiência imediata.

Normalmente, pode responder-se às necessidades práticas sem mudar a situação social (estatuto) da respectiva população. Pode melhorar-se as condições de vida dos pobres, mas não se faz grande coisa para melhorar a sua posição e o seu estatuto na sociedade.

A satisfação destas necessidades pode levar um tempo relativamente breve.

Os projectos que visam responder às necessidades práticas e à melhoria das condições de vida perpetuam e reforçam, em geral, as relações tradicionais entre homens e mulheres.

Assegurar uma ajuda psico-médica às mulheres que foram vítimas de violência durante o genocídio ruandês, foi uma resposta às suas necessidades práticas. Mas proporcionar-lhes o acesso a rendimentos graças à produção agrícola vai ao encontro dos seus interesses estratégicos. Isto permite-lhes aceder a uma participação política, económica e social, no plano local e nacional.

4.2. OS INTERESSES ESTRATÉGICOS

Os interesses estratégicos têm um carácter de longo prazo e estão relacionados com a melhoria da condição dos mais desfavorecidos (nomeadamente as mulheres). Por consequência, isto suscita mudanças nos papéis sociais, assim como no acesso e no controle dos recursos e dos benefícios.

Trata-se de aumentar os conhecimentos e as aptidões da população, de lhe dar acesso a uma protecção jurídica, e proporcionar a igualdade de oportunidades aos diversos grupos sociais. Regra geral, o acesso aos processos de democracia participativa vai no sentido dos interesses

estratégicos dos pobres. Em particular, a igualdade entre os sexos vai no sentido dos interesses estratégicos das mulheres.

O facto de dar às mulheres mais possibilidades, de aumentar o seu acesso aos recursos, e de assegurar a igualdade de participação com os homens na tomada de decisão, vai no sentido dos interesses estratégicos, a longo prazo, da maioria dos homens e das mulheres do mundo.

Reencontrar os interesses estratégicos das mulheres é, portanto, reconhecer o seu poder de fazer outra coisa além da esfera doméstica e reconhecer o seu peso social.

4.3. COMPLEMENTARIDADE ENTRE NECESSIDADES PRÁTICAS E INTERESSES ESTRATÉGICOS²⁰

■ Necessidades práticas e interesses estratégicos não são contraditórios, mas sobretudo complementares. A resolução das necessidades práticas é muitas vezes necessária para atingir os interesses estratégicos. Responder às necessidades práticas não deve ser somente um fim em si mesmo, mas sobretudo uma óptica de mudança para culminar numa evolução da situação das mulheres na sociedade.

²⁰ Fonte: Moser Caroline, *Gender Planning in the Third World: Meeting Practical and Strategic Gender Needs*, World Development. Vol. 17, nº11, 1989.

NECESSIDADES PRÁTICAS

Têm tendência a ser de curto prazo

Caracterizam tal ou tal mulher

Fazem intervir as mulheres a título de beneficiárias e não de participantes activas

Diz respeito às condições de vida quotidiana como alimentação, habitação, rendimentos, cuidados de saúde, prestações sociais, etc.

São facilmente identificáveis pelas mulheres

Podem ser satisfeitas por contribuições materiais precisas: alimentos, serviços de cuidados de saúde, formação, etc.

Podem em geral ser satisfeitas sem modificar os papéis e os contributos tradicionais do género.

INTERESSES ESTRATÉGICOS

Têm tendência a ser de longo prazo

São comuns a quase todas as mulheres

Fazem intervir as mulheres como agentes ou permitem às mulheres tornarem-se agentes

Diz respeito à posição de desvantagem das mulheres na sociedade, à sua subordinação, à sua falta de recursos e de educação, à sua vulnerabilidade, à pobreza e violência.

Não são facilmente identificáveis pelas mulheres

Podem ser satisfeitos pela sensibilização para as questões de género e pela tomada de consciência das questões que fazem aumentar a auto-estima e a confiança das mulheres em si mesmas, pela educação e a formação, a mobilização política e o reforço do seu poder

Podem dar poder às mulheres e transformar as relações de género.

5. AS 5 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO

	PERSPECTIVA BEM-ESTAR	PERSPECTIVA EFICÁCIA
CAUSA DOS PROBLEMAS	Circunstâncias que não podem ser controladas	Fracasso das políticas de desenvolvimento, não reconhecimento do papel produtivo das mulheres
OBJECTIVOS	Assegurar às mulheres a realização do seu papel de mãe, o papel mais importante para elas na sociedade e para o desenvolvimento	Prover a um desenvolvimento mais eficaz: a participação económica das mulheres é reforçada
TIPO DE PROGRAMAS	<ul style="list-style-type: none">- Programas de ajuda alimentar, nutricional, de cuidados básicos de saúde (mãe/filho), de planeamento familiar- Resposta às necessidades práticas	<ul style="list-style-type: none">- Apoio para as necessidades práticas num contexto de redução das despesas sociais (ajustamento estrutural)- Análise dos papéis das mulheres- Aumenta o tempo disponível

Eis uma recapitulação simultaneamente histórica e analítica que permite situar em que lógicas se inserem as acções de desenvolvimento.

PERSPECTIVA LUTA CONTRA A POBREZA	PERSPECTIVA EQUIDADE-IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	PERSPECTIVA REFORÇO DO PODER (<i>empowerment</i>)
Falta de recursos, fraco nível de vida	Patriarcado, exploração, subordinação e opressão das mulheres pelos homens	Subordinação das mulheres por causa do patriarcado, do sistema colonial e neo-colonial
Permitir às mulheres pobres aumentar a sua produtividade, integrá-las no desenvolvimento	Permitir às mulheres tomar parte no processo de desenvolvimento, fazer das mulheres participantes activas no processo de desenvolvimento	Dar às mulheres mais poder e autonomia, criar novas estruturas políticas, económicas e sociais, suprimir as formas de exploração
<ul style="list-style-type: none"> - Formar as mulheres nos domínios técnicos - Actividades geradoras de rendimento e micro-empresas para responder às necessidades práticas básicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar reformas estruturais - Resolver os problemas estratégicos para as mulheres, por meio de uma repartição mais igualitária das tarefas entre homens e mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização das mulheres para a resolução dos problemas estratégicos que reforcem a sua autonomia

	PERSPECTIVA BEM-ESTAR	PERSPECTIVA EFICÁCIA
TIPO DE APOIO	As mulheres são consideradas como grupo social vulnerável, são beneficiárias do desenvolvimento	As mulheres são visadas pelas políticas de ajustamento e de estabilização
TIPO DE INTERVENÇÃO	Perspectiva individual, modelo social de intervenção, abordagem "top-down"	Abordagem autoritária ("top-down) e consultiva (as mulheres são vistas como um recurso)
PERÍODO E RESPONSÁVEIS PELAS PERSPECTIVAS	- Perspectiva utilizada nos anos 50, centrada nas condições de vida - É uma base necessária e evidente do desenvolvimento	Perspectiva difundida nos anos 80 pelo Banco Mundial, no contexto de luta contra os efeitos negativos das Políticas de Ajustamento Estrutural

PERSPECTIVA LUTA CONTRA A POBREZA	PERSPECTIVA EQUIDADE-IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	PERSPECTIVA REFORÇO DO PODER (<i>empowerment</i>)
As mulheres são parte integrante do desenvolvimento - as mulheres pobres são uma categoria particular	Mulheres como actrizes das políticas de desenvolvimento	Transformação e autonomia baseada na auto-organização, apoiada por organizações locais de desenvolvimento
Abordagem consultiva, reproduzindo valores de autoridade	- Abordagem participativa - Intervencionismo de Estado para reduzir as desigualdades	Abordagem participativa e colectiva, "bottom-up", reforçando a solidariedade
Perspectiva elaborada pelas ONG nos anos 70 e retomada desde 1985 pelo Banco Mundial	Perspectiva relacionada com o ano internacional das mulheres em 1975	Perspectiva desenvolvida desde 1985 (Nairobi) pelas ONG's locais e movimentos femininos

Adaptado por Oxfam Gender Unit – England:
Moser Caroline, *Gender Planning in the third world, in World Development*, vol 17, nº 11, 1989.

NUMA PALAVRA... A PERSPECTIVA DE GÉNERO, UM MAIS PARA TODA A GENTE!

A perspectiva de género:

- permite uma crítica do desenvolvimento e da globalização;
- propõe uma estratégia visando a igualdade entre as mulheres e os homens, entre o Norte e o Sul;
- não exclui os homens, nem como actores nem como beneficiários, uma vez que se focaliza sobre a análise e evolução das relações entre as mulheres e os homens;
- aplica-se a todo o programa, a toda a política de desenvolvimento no Sul e no Norte



©clairice

6. ALGUNS NÚMEROS²¹

- Calcula-se em 130 milhões o número de mulheres que em todo o mundo sofreram mutilações genitais. 2 milhões de raparigas são mutiladas todos os anos.
- As mulheres possuem menos de 1% das riquezas do planeta; elas fornecem 70% das horas de trabalho e não recebem senão 10% dos rendimentos.
- Os dois terços de crianças que não vão à escola são raparigas. Dois terços dos 900 milhões de analfabetos são mulheres.
- As mulheres eleitas em todos os países representam apenas 15% dos parlamentares.
- 1,3 biliões de pessoas vivem no limiar da pobreza absoluta, das quais 70% são mulheres.
- Em cada ano, mais de 5.000 indianas casadas se suicidam ou são mortas porque não podem fornecer um dote suficiente.
- Uma mulher em cada três, pelo menos, foi vítima de agressões, sofreu relações sexuais impostas ou outras formas de violência.
- Mais de 200.000 mulheres morrem em cada ano em consequência de abortos clandestinos.
- É na África subsariana que a “feminização” da epidemia do HIV/SIDA é mais evidente: perto de 60% dos casos de infecção são de mulheres, e 75% dos jovens infectados são raparigas com idades entre os 15 e os 24 anos.

21 Fonte: Seager Joni, Atlas des femmes dans le monde, Editions Autrement, Paris, 1998; Amnistia Internacional, 2004; Union interparlamentaire, 2004; *Relatório do Desenvolvimento Humano*, PNUD, Nações Unidas, 1995-2003.

LE MONDE SELON LES FEMMES

Le Monde selon les femmes é uma ONG de desenvolvimento e uma associação activa no terreno, nos movimentos sociais, no meio escolar.

Propõe, entre outros:

- formações sobre o género
- instrumentos pedagógicos sobre o género
- animações
- apoio estratégico
- especialização em educação do desenvolvimento
- uma rede com associações de mulheres migrantes e de ONG's do Sul que trabalham sobre o género em África e na América Latina.
- avaliações de programas e projectos
- um centro de recursos
- lobbying/advocacy sobre o tema do género
- publicações
- a revista Palabras
- encontros, seminários, conferências
- consultoria

Consulte o nosso site na Internet ou faça-nos uma visita!
www.mondefemmes.org





O Graal é um movimento internacional, intercultural e intergeracional de mulheres, fundado nos anos 20 na Holanda por um pequeno grupo de estudantes cristãs que acreditavam ser necessário tornar

visíveis e operacionais as capacidades das mulheres. Espalhou-se pelos cinco continentes e está actualmente activo em 18 países.

Em Portugal, o Graal existe desde 1957. Constitui-se como Associação de Carácter Social e Cultural em 1977, reconhecida como Pessoa de Utilidade Pública em 1985. Ao longo dos últimos 45 anos, tem desenvolvido projectos nas áreas do desenvolvimento comunitário, formação de agentes para o desenvolvimento, criação de cooperativas e estruturas de apoio, alfabetização, conscientização, dinamização de jovens, conciliação entre trabalho e família, igualdade de oportunidades, questões de género, imigração e relações Norte/Sul.



Rua Luciano Cordeiro, 24, 6º A, 1150-215 Lisboa

Tel: 213 546 831 ■ Fax: 213 142 514

E-mail: terraco@graal.org.pt ■ Website: www.graal.org.pt